

Márcia Moreira de Araújo
Carlos Jordan Lapa Alves
(Organizadores)

EDUCAÇÃO: MINORIAS, PRÁTICAS E INCLUSÃO



Atena
Editora
Ano 2021

Márcia Moreira de Araújo
Carlos Jordan Lapa Alves
(Organizadores)

EDUCAÇÃO: MINORIAS, PRÁTICAS E INCLUSÃO



Atena
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaió – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Educação: minorias, práticas e inclusão

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Marcia Moreira de Araújo
Carlos Jordan Lapa Alves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação: minorias, práticas e inclusão / Organizadores
Marcia Moreira de Araújo, Carlos Jordan Lapa Alves. –
Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-040-4
DOI 10.22533/at.ed.404211405

1. Educação. I. Araújo, Marcia Moreira de
(Organizadora). II. Alves, Carlos Jordan Lapa (Organizador).
III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Neste momento contemporâneo e avassalador, que minimiza nossa potência de agir, esse livro é um “respirar leve”, e traz consigo outras possibilidades de pensar, fazer e viver a educação neste contexto que inclui e reverbera liberdades e multiplicidades do agir democrático, fora dos padrões colonizados em nossas mentes por séculos.

Inspirados em nossos estudos, temos a urgência em entender como que uma sociedade inteira não se reduz a vigilância e propõe micro-liberdades individuais e coletivas. Junto a Certeau(1994) , problematizamos neste espaço: “que procedimentos populares (também minúsculos e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não ser para alterá-los? Que táticas e artes de fazer engendram nas tramas da vida que formam uma contrapartida, do lado dos consumidores (ou “dominados”), dos processos silenciados que organizam as micropolíticas e formam as subjetividades diversas?

Eis, portanto, nossa grande missão neste livro: propiciar momentos, debates, críticas e litigar com poderes que permeiam o campo educacional tornando-o tradicional, excludente e retrogrado. A educação do presente não pode e não deve ser desconectada da realidade social, da diversidade étnica, de gênero, religiosa e de crença que a sociedade vive. Talvez, essa seja a hora de derrubar os muros que ergueram em volta das escolas para que este lugar seja de todos e todas.

Pensar raça, gênero, sexualidade, exclusão, inclusão, feminismo, machismo e interseccionalidade no contexto escolar é obrigação de educadores e educadoras neste momento histórico no qual as bases democráticas estão constante tensão. Não cabe a escola e aos professores o papel de agente passivo, mas ações veementes e fortes a favor da luta pela igualdade, equidade e qualidade educacional para todas as crianças de todas as crenças.

Em um país onde as Casas de Leis perdem tempo propondo projetos para inibir e coibir o fazer docente, por exemplo, projeto de Lei 4893/20 que busca criminalizar professores que debatem assuntos ligados a gênero e sexualidade, a balança do poder deve agir criando reações de contrapoder: ao silêncio o barulho, a ordem a desordem, a punição a revolta. Nunca cabe a um docente o papel de submissão, mas ação, a criticidade.

Esperamos que o leitor, ou a leitora, faça produções fecundas e inventivas a partir desta proposição de textos que apresentam uma subversão no espaço educativo nos múltiplos modos de aprendizagens. Desejamos que as apostas sejam a captura do que escapa dos modos imperativos de educação, e que as possibilidades de invenção e criação reverberem na prática docente por uma educação mais condizente com o que a humanidade vem liberando como demandas sociais.

Desejamos uma excelente aventura literária e formativa!

Márcia Moreira de Araújo
Carlos Jordan Lapa Alves

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

MULHERES QUILOMBOLAS DE BARRINHA- SFI- RJ: NA LUTA E (RE)EXISTÊNCIA POR SUA LEGITIMAÇÃO COMO CATADORAS DE OSTRAS

Márcia Moreira de Araújo

Leandro Garcia Pinho

DOI 10.22533/at.ed.4042114051

CAPÍTULO 2..... 19

INCLUSÃO UNIVERSITÁRIA NA UFPB: UM ESTUDO DOCUMENTAL SOBRE AS AÇÕES DO COMITÊ DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE

Ana Cristina Silva Daxenberger

Maria Sônia Lopes da Silva

Nielson Firmino de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.4042114052

CAPÍTULO 3..... 33

IMAGENS E SINAIS: UMA PROPOSTA DE ENSINO COLABORATIVO PARA SE COMPREENDER A OBRA *OS SERTÕES* NA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)

Márcio Araújo de Almeida

Matheus Anacleto da Silva

Paulo Augusto Tamanini

DOI 10.22533/at.ed.4042114053

CAPÍTULO 4..... 50

JOGOS DIDÁTICOS: *HOJE É ... DIA DE BRINCAR !!!*

Leonice Elci Rehfeld Nuglisch

Lucia Oliveira de Andrade

DOI 10.22533/at.ed.4042114054

CAPÍTULO 5..... 57

O ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL EM ESPAÇO *FITNESS*: O ACOLHIMENTO DA PRESENÇA

Robenilson Nascimento dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.4042114055

CAPÍTULO 6..... 73

O DESAFIO DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Elida Carolina Almeida Roque

Felippe Wanderley da Costa

Fernanda Gonçalves da Silva

Lohane Miranda da Silva

Lohrena Teixeira Cardoso de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.4042114056

CAPÍTULO 7.....	82
O DESENVOLVIMENTO DA LEITURA E DA ESCRITA ATRAVÉS DE ATIVIDADES DESAFIADORAS EM UM ALUNO COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM	
João Marcos Cristiano Tomaz	
Edêlma Targino	
DOI 10.22533/at.ed.4042114057	
CAPÍTULO 8.....	96
O PAPEL DO AFETO NO DESENVOLVIMENTO DO AUTISTA	
Maria Paula Rodrigues de Macedo	
DOI 10.22533/at.ed.4042114058	
CAPÍTULO 9.....	107
O ENSINO DE MATEMÁTICA ATRAVÉS DO SOROBAN: UM RECURSO CONCRETO QUE PODE SER UTILIZADO POR TODOS	
Raffaela de Menezes Lupetina	
Margareth Oliveira Olegário	
DOI 10.22533/at.ed.4042114059	
CAPÍTULO 10.....	117
O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DO ALUNO COM TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO	
Sabrina dos Santos Silva de Almeida	
Rágina Candido da Silva Costalonga	
Isabel Cristina Polonine	
Leonardo Barreto da Costa	
Cristiano de Assis Silva	
DOI 10.22533/at.ed.40421140510	
CAPÍTULO 11.....	130
OS DIREITOS DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: UMA REVISÃO DE LITERATURA	
Luciene Cristina de Assis	
Elivania Cristina de Assis Ananias	
DOI 10.22533/at.ed.40421140511	
CAPÍTULO 12.....	138
O USO DE TDIC NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA APRENDIZAGEM DO ALUNO SURDO NO ENSINO SUPERIOR	
Suellen Teixeira Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.40421140512	
CAPÍTULO 13.....	149
OS PROBLEMAS RELACIONADOS A EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Leylyane da Conceição Gomes Ferreira	
Katia de Souza Merence	
Vanda das Neves Gomes	

Rayane Batista de Moraes
Graciema da Cruz Silva
DOI 10.22533/at.ed.40421140513

CAPÍTULO 14..... 161

PAIS SURDOS – ESCOLA OUVINTE: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL

Giseli de Oliveira Fonseca
Edmar Reis Thiengo

DOI 10.22533/at.ed.40421140514

CAPÍTULO 15..... 181

POETIZAR A CEGUEIRA: O FILME *VERMELHO COMO O CÉU* E A EDUCAÇÃO COM O SONORO

Glauber Resende Domingues

DOI 10.22533/at.ed.40421140515

CAPÍTULO 16..... 192

PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO POR MEIO DE JOGOS PEDAGÓGICOS COM ALUNO COM PARALISIA CEREBRAL DIPARÉTICA: ESTUDO DE CASO

Marciana dos Santos Silva Ventura
Katia Gonçalves Castor

DOI 10.22533/at.ed.40421140516

CAPÍTULO 17..... 204

RETRATOS, VIVÊNCIAS E APRENDIZAGENS

João Paulo Apolari
Ana Paula Ferreira de Melo Morgado
Thaís Casemiro Flores
Marta de Fátima Silva Forsan
Ivanete de Oliveira Dorta

DOI 10.22533/at.ed.40421140517

CAPÍTULO 18..... 213

O SERVIÇO SOCIAL DESENVOLVIDO NA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAE)

Alexsandra do Socorro Farias Fernandes
Kleber Vinicius G. Feio
Dayane Cereja Ferreira da Silva
Ivana Lia Rodrigues de Carvalho
Raimunda da Silva Santana
Marlene Ribeiro Reis
Mariana do Ó Teixeira Santos
Beatriz Ribeiro Reis

DOI 10.22533/at.ed.40421140518

CAPÍTULO 19..... 226

REFLEXÕES ACERCA DA MOBILIDADE URBANA: DESAFIOS DE ACESSIBILIDADE

Andreia da Silva Neto

Sheila Venancia da Silva Vieira
DOI 10.22533/at.ed.40421140519

CAPÍTULO 20.....234

SOCIEDADE E DIREITO: MANUTENÇÃO DE PAPÉIS SOCIAIS E A IMPORTÂNCIA DA PROMOÇÃO DA MULHER

Júlio César Pinheiro do Nascimento
Samuel Henrique

DOI 10.22533/at.ed.40421140520

CAPÍTULO 21.....242

TRAJETÓRIA DE VIDA, AUTOETNOGRAFIA E GÊNERO: RESSIGNIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA A PARTIR DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM TURISMO

Aparecida de Fátima Pereira Balbina
Márcia Maria de Medeiros

DOI 10.22533/at.ed.40421140521

CAPÍTULO 22.....253

UMA COMPREENSÃO ACERCA DO PAPEL DOS INTÉRPRETES DE LIBRAS À COMUNIDADE SURDA: PERSPECTIVAS TEÓRICO-REFLEXIVAS

Luan Tarlau Balieiro

DOI 10.22533/at.ed.40421140522

CAPÍTULO 23.....260

VIOLÊNCIA A PESSOAS NA ESCOLA

Maria Vera Lúcia da Rocha Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.40421140523

CAPÍTULO 24.....273

VALORIZANDO A DIVERSIDADE CULTURAL: OFICINA DE ABAYOMIS

Pâmela Camile Silva Benevenuto Rodrigues
Milena Moreira de Oliveira
Aparecida Fátima Camila Reis

DOI 10.22533/at.ed.40421140524

CAPÍTULO 25.....279

STARTUP EDUKANET: UMA PROPOSTA DE SISTEMA EDUCACIONAL E TECNOLÓGICO PARA SURDOS

Nathalia da Silva Castro
Giseli de Oliveira Fonseca
Anilton Salles Garcia

DOI 10.22533/at.ed.40421140525

CAPÍTULO 26.....290

CURRÍCULO E CULTURA SURDA: A EDUCAÇÃO BICULTURAL EM QUESTÃO

Cauê Jucá Ferreira Marques
Marilene Calderaro Munguba

DOI 10.22533/at.ed.40421140526

CAPÍTULO 27	297
EDUCAR NO CÁRCERE: FUNDAMENTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO EM PRISÕES Luana Soares Pereira Marilde Chaves dos Santos DOI 10.22533/at.ed.40421140527	
SOBRE OS ORGANIZADORES	308
ÍNDICE REMISSIVO	309

Data de aceite: 03/05/2021

Data de submissão: 26/02/2021

Maria Vera Lúcia da Rocha Oliveira

João Pessoa-PB

RESUMO: Circunstâncias antagônicas como escola, ensino-aprendizagem e violência têm convivido com determinada constância atualmente em nossa sociedade. Este trabalho foi baseado em um estudo de caso com respaldo bibliográfico. Visa refletir sobre violência a pessoas, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Jornalista Raimundo Nonato Batista (EMEFJRNB), situada na capital João Pessoa, estado da Paraíba. Tais dados visam a verificação da efetiva existência de violência a pessoas nessa escola, ponderando suas interposições sobre o processo ensino-aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Violência a pessoas, Ensino-aprendizagem.

VIOLENCE AGAINST PEOPLE IN SCHOOL

ABSTRACT :Antagonistic circumstances such as school, teaching-learning and violence have lived with a certain constancy in our society today. This work was based on a case study with bibliographic support. It aims to reflect on violence against people, at the Escola Municipal de Ensino Fundamental Jornalista Raimundo Nonato Batista (EMEFJRNB), located in the capital city of João Pessoa, state of Paraíba.

Such data aim to verify the effective existence of violence to people in this school, considering their interpositions on the teaching-learning process.

KEYWORDS: Education, Violence against people, teaching and learning.

Aqui pretende-se demonstrar o produto de uma observação como estudo de caso na Escola Municipal de Ensino Fundamental Jornalista Raimundo Nonato Batista (EMEFJRNB), realizada no ano de 2014 e concluída em 2015, em João Pessoa, capital do estado da Paraíba. Quando foram observados os níveis, as formas, a frequência de atos de violência às pessoas no ambiente escolar e sua correlação com o processo ensino-aprendizagem.

A análise se norteou pela hipótese da existência de violência na escola citada e, ainda, que esse fato atrapalhava o processo ensino-aprendizagem. Foi motivada pela expectativa de que os dados contraídos viessem a auxiliar no exercício do gestor, dos professores dentre outros, assim como vir a subsidiar o sistema mantenedor da escola em questão no tratamento dos problemas oriundos da violência.

Para tanto, o objetivo foi averiguar se havia violência na Escola Municipal de Ensino Fundamental Jornalista Raimundo Nonato Batista, detectando, em caso de resposta positiva, a interferência dessa, no processo de ensino-aprendizagem. Especificamente buscou-se levantar informações de episódios

de violência na escola; sondar alternativas para apaciar a violência e tecer considerações sobre o assunto.

A EMEFJRN B pertence ao Sistema Público de Ensino Municipal de João Pessoa. Fundada em 2008, é capacitada para matricular mil alunos aproximadamente nos turnos manhã, tarde e noite. O turno matinal funcionava com o ensino Fundamental I, do 1º ao 5º Ano, a tarde atendia ao ensino Fundamental II, do 6º ao 9º Ano, e a noite com a modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), com os Ciclo I, Ciclo II, Ciclo III e Ciclo IV.

A estrutura física do prédio é avaliada pela comunidade como muito boa e bem conservada. Situa-se na periferia urbana da capital, que apresenta muitos e diversificados problemas sociais – inclusive, é bastante divulgada pela mídia em vários quesitos de violência. Contudo, possui um mínimo de serviços urbanos, como: creche, escolas, posto de saúde e espaço integrador de ônibus. A economia local gira fundamentalmente em torno de atividades vinculadas ao mercado informal.

A maioria das pessoas convive com algum tipo de violência desde a mais tenra idade, sendo este, um dos temas mais antigos e complexos que acompanha a história da humanidade em vários aspectos. Segundo Abromovay (2002), “em que pesem as dificuldades em definir a violência” é corriqueira a formulação de conceitos mais amoldados ao contexto de forma mais genérica e não a pautando em prejuízos corporais a pessoas ou grupos destas. Chauí (1999, pp. 3-5 apud ABRAMOVAY, 2002, p.17) define violência como:

[...] 1) tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de alguém (é desnaturar); 2) todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3) todo ato de transgressão contra o que alguém ou uma sociedade define como justo e como direito. Consequentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e o terror [...]

É impossível se encontrar uma definição única e exata de violência. O que se vê é uma gama variada de ações violentas a serem analisadas com base em regras e circunstâncias dos contextos sociais de cada momento histórico, a partir dos quais poderá adquirir vários sentidos. Não se pretende aqui esgotar a variedade de tipos de violência que há por sobre a terra – pois, é sabido que existem em grande quantidade, intensidades, acometimentos, formas e nuances. Não sendo esse o objetivo desse trabalho. São apontados aqui alguns dos que são mais comumente associados à comunidade escolar e adjacências.

Do ponto de vista mais amplo, têm-se que a violência doméstica (excesso físico ou psicológico de um componente de uma família contra o outro), a violência contra a mulher (seja física, sexual ou psicológica), e a violência urbana (crimes diversos contra pessoas – como assassinatos, roubos e sequestros – e contra o patrimônio público, influenciando de forma negativa o bastante desigualmente distribuídas na sociedade. A partir do contato de muitas crianças e adolescentes com essas formas de agressão é que são originadas

a maioria das formas de “violência à escola”. Entre os diversos entendimentos sobre violência escolar, têm-se como definição, para Baker (1998 apud MARQUES, 2014, p. 36): “um conjunto de comportamentos antissociais praticados nas escolas (que podem incluir comportamentos de oposição, assaltos e agressões, a pais, professores e funcionários)”. Dessa maneira, esse seria um acontecimento casual, com inclinação a ser concebido por condutas de grande magnitude.

Bernard Charlot (2002) atenta para diferenciação entre a violência na escola e a violência à escola: enquanto a primeira é aquela que se produz dentro do espaço escolar, sem estar ligada à natureza e às atividades da instituição, a segunda dá-se quando a escola passa a ser alvo de depredações, incêndios, furtos, ou quando os alunos agridem colegas, professores e outros. Na referida pesquisa foram investigados diversos tipos de violência à/na escola, sendo alguns dos resultados sistematizados a seguir, em diálogo com outros autores.

Com relação à observação dos fatos na unidade escolar houve unanimidade para que sim, existia violência na escola. Pois foi amplamente comentado que a escola já havia registrado alguns Boletins de Ocorrência – B.O. em delegacias da cidade. Tal fato vem a corroborar para uma constatação inequívoca da incidência de violência nessa escola, pois quando a situação pede que se preste queixa em delegacias é porque a escola esteve bastante vulnerável e exposta à violência, tornando-se palco de incidentes considerados graves o suficiente para se procurar fazer esse tipo de registro. Spósito (2002, apud PRIOTTO; BONETIB, 2009) analisou que muitas das ocorrências deste tipo ocorrem em diversas cidades do Brasil – e não se restringem às grandes urbes e capitais.

Na fase de observação sobre violência contra pessoas a “violência interpessoal”, ou seja, violência de uma pessoa contra outra foram verificadas diferentes tipos de ocorrências. A principal disse respeito às agressões corporais na escola envolvendo alunos. Corroborando então com Ristum (2010a), no qual a “violência entre alunos” foi a mais apontada pela maioria dos professores, tanto de escola pública (93,1%) quanto de particular (83,3%), superando todas as outras categorias de violência escolar.

Dados semelhantes foram obtidos por Sposito (2001 apud ASSIS; MARRIEL, 2010), os quais indicam que a maior frequência de violência na escola é a que ocorre entre os alunos, nas suas mais variadas formas (xingamentos e brigas com e sem violência física, ameaças, roubo de material, rixas de gangues etc.; também as demonstrações violentas, o segregacionismo de raça e todo tipo de intolerâncias). Para esta autora, a definição da violência tem variado de acordo com a realidade de cada país. O contexto político, religioso, questões históricas, culturais e de valores devem ser levadas em conta ao se analisar o tema, assim como a ausência de diálogo e de negociações.

Nessa mesma direção situa-se o trabalho de Lucinda, Nascimento e Candau (1999 apud LOPES, 2004), no qual “os professores entrevistados relataram, como mais frequentes, as ameaças e agressões verbais entre alunos e depois, entre alunos e adultos,

dentre esses os professores.” (ASSIS; MARRIEL, 2010).

Entende-se como violência interpessoal a violência perpetrada entre indivíduos conhecidos ou não, adultos ou até mesmo crianças que desde a mais tenra idade estão aptos a assimilar tal conteúdo. Pode dar-se em no ambiente de trabalho, no seio da família, na comunidade e outros. Enquanto que para as autoras Abramovay e Rua (2002) a distinção da violência pode se modificar em conformidade com o tipo da escola e de seus funcionários, e, ainda, conforme outras variantes de acordo com a idade e o sexo vindo essa ideia a cooperar com a dificuldade de julgamento quanto ao que seja considerada violência.

As brigas constituem uma espécie de violência das mais rotineiras nas escolas, compreendendo desde dificuldades de sociabilidade até comportamentos impetuosos, se tornando difícil se estabelecer conceitos precisos para cada situação devido ao grande número de nuances que tingem cada uma delas. Essas agressões em meio aos alunos demonstraram que, as brincadeiras comumente avançavam para ofensas verbais e brigas. Sobre isso Abromovay e Rua (2002) atentam

É quando se torna difícil estabelecer demarcações precisas entre tipos de violência, como brigas e ameaças. O mais comum nas escolas parece ser situações-limite entre os bate-bocas e discussões. As brigas são consideradas acontecimentos corriqueiros, sugerindo a banalização da violência e sua legitimação como mecanismo de resolução de conflitos. Muitas vezes, as brigas ocorrem como continuidade de brincadeiras entre alunos, podendo ter ou não consequências mais graves. (ABROMOVAY; RUA, 2002, p. 51).

Talvez um grande problema se instaure pela interpretação em favor da vulgarização da violência. As brigas podem ocorrer a partir de uma recreação, de um entretenimento qualquer entre os alunos e sem muita explicação irrompem-se em contendas, com consequências mais bruscas ou não. Começam na diversão, mas em determinado momento, sem explicação plausível, toma caminhos que vão do desrespeito verbal ao exagero da força passando com facilidade à brutalidade e à pancadaria. Com a desculpa do “eu estava brincando”, a apuração mais acurada dos fatos fica prejudicada. A grande mensagem a ser divulgada deveria ser a de que nenhuma forma de violência deveria valer a pena.

O artigo 331 do Código Penal Brasileiro contempla o item “Desacato” e coloca essa prática passível de prisão. Apesar disso, é sabido que essa lei ainda não tem sido muito aplicada. Na EMEF JRN B foi verificada ocorrências de desacato por alunos no ambiente escolar a professores, funcionários, direção ou até mesmo contra colegas (alunos).

Curiosamente a observação apontou predomínio de queixas entre os professores, e, em menor escala no grupo dos gestores. Talvez por fatores de frequência e/ou tipo de contato estabelecido, ou por questões de hierarquia/intimidação, mas tais hipóteses mereceriam um estudo mais aprofundado para serem mais bem averiguadas. Fato é que os

desacatos podem ser fruto do que Bernard Charlot (2002) chamou de um tipo de “angústia social” que sofre o professor, como anteriormente frisado, ainda mediante palavras deste autor: “ataques a professores ou os insultos que lhes são dirigidos já não são raros”, se tornando rotina em muitos estabelecimentos de ensino. Nesse momento, vale retomar a classificação de Sanmartin (2006, apud MARQUES, 2014, p. 27), que divide a violência em duas formas, conforme os tipos de estragos praticados: violência física e violência emocional.

Outros pontos abordados conformam a violência denominada simbólica, referenciada em vários estudos sob o ponto de vista de Bourdieu, como sendo a violência central gerada pela escola. Tal conceito foi indicado mediante um espectro da sociedade “como um campo de dominação e de reprodução dissimulada das desigualdades sociais nas instituições, o que contraria a ideia de igualdade de oportunidades vinculada à ideologia liberal.” (ASSIS; CONSTANTINO; AVANCI, 2010, p. 73).

Tal questionamento na área da educação demonstra a deficiência de democratização dos aparelhos educacionais do capitalismo, já que:

Nas instituições escolares são maiores as chances de sucesso dos alunos das classes socioeconômicas mais altas, já que pertencem a um meio familiar provido de bagagens culturais e linguísticas dominantes que constituem a base sobre a qual se estruturam os sistemas educacionais. Assim, as propostas curriculares, as estratégias pedagógicas, as práticas linguísticas, as relações hierárquicas e outros compõem um cotidiano escolar que evidencia uma violência simbólica em vários níveis, dos quais destacamos a que se exerce sobre os alunos de classes populares, pouco adaptados a uma escola não construída para eles (RISTUM, p. 73 apud ASSIS; CONSTANTINO; AVANCI, 2010, p. 73).

De acordo com Dudeque (2006 apud RISTUM, 2010b, pp. 73-74), o ensino proposto pelo sistema educacional brasileiro é ineficiente e antidemocrático, de forma a discriminar e a excluir uma grande parcela da população. Essa exclusão velada seria causadora em grande parte desse comportamento violento de tantos jovens na escola? De alguma maneira talvez sim. Porém é sabido de muitas notícias sobre vandalismos e atrocidades promovidos por adolescentes de classes mais favorecidas.

Os jovens brasileiros principiam a ingestão de bebidas etílicas desde muito cedo. Dados de 2005 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstram que, no Brasil, a ingestão de bebidas alcoólicas é inquietante, sobretudo entre adolescentes e jovens. Estudo em escolares da rede pública de ensino fundamental e médio, no conjunto das 27 capitais brasileiras, realizado em 2004, mostrou que a média de idade para a iniciação do álcool era de 12,5 anos. Entre mais ou menos os 12 anos de idade, ou seja, fase em que, via de regra, se está frequentando a escola. Nessa idade eles são muito influenciáveis, costumam atuar de acordo com os moldes estabelecidos por seu grupo, por isso essa prática se torna facilmente disseminada. (BARROS, s.d.).

Empiricamente é conhecido que são muitos os condicionantes que podem levar ao consumo do álcool, quais sejam: agentes genéticos, sociais, familiares e até emocionais. Acrescente-se coação dos camaradas, a sensação de onipotência que por vezes caracteriza a juventude, a deficiência de balizes sociais – pois o uso do álcool é largamente aceito na sociedade, e o forte apelo propagandístico igualmente podem contribuir para a aceleração do contato precoce com a bebida.

Contudo, esta observação não se ateve aos fatores sociais e midiáticos que podem ter vindo a estimular os jovens a ingerirem precocemente o álcool. Mas sim, o questionamento sobre o porte e consumo, pelos alunos, de álcool dentro da escola. Majoritariamente não houve constatação de consumo de bebidas alcoólicas dentro da escola. O que pode vir a indicar que existem resquícios de respeito à unidade escolar nessa questão. Mas não se pode generalizar este dado para fora dos muros escolares. O alcoolismo foi e continua sendo um grande problema de saúde pública, capaz de afetar todos os aspectos da conduta humana, constituindo-se uma doença herdada com diferentes probabilidades de acometimento nos descendentes. (D'ALBUQUERQUE; SILVA, 1990 apud MOSS; DURMAN, 2009, p. 2).

Chama-se narcotráfico à atividade de comercialização de substâncias ilícitas, sendo, portanto, uma atividade ilegal. Atos de violência passaram a ser frequentes nos confrontos entre os alunos na década de 90, após a intensificação desse tipo de comercialização de drogas no ambiente escolar, sendo responsáveis pela frequência de episódios truculentos associados aos estudantes contra seus professores (SPOSITO, 2001 apud CARVALHO, 2013, p. 18).

Embora sem apresentar provas, as pessoas declaravam espontaneamente em comentários existir tráfico, porte ou consumo de drogas dentro do ambiente escolar. Estudo realizado por Guimarães (1995 apud ASSIS; MARRIEL, 2010, p. 52) constatou a influência sobre escolas públicas de Ensino Fundamental do Rio de Janeiro, de grupos ligados ao narcotráfico e de movimentos juvenis emergentes nas comunidades (como *funk* e *house*) em que as instituições de ensino se situam. Essa situação é bem sugestiva de desdobramentos ou de repetição em outras cidades.

Merece ressalva a comparação entre os assuntos relativos ao consumo de álcool e o uso de drogas entorpecentes pelo fato do uso de drogas ter apresentado maior índice de ocorrência que o consumo de álcool. Essas informações podem estar carregando visões distorcidas ou sendo mal interpretadas. O álcool é considerado pelo senso comum como mais ameno em relação a outras drogas. Terá sido por que foi por isso que não foi considerado?–

Outro tópico importante a ser enfatizado é a recorrência, da invasão de estranhos no ambiente escolar. Ao contrário da violência “à escola” (que causa danos ao patrimônio), esta se trata de uma violência na escola e contra a escola. Nesse quesito todos os segmentos afirmaram categoricamente haver grande incidência de invasão por elementos não mais

pertencentes aos quadros da escola no recinto desta. O que vale uma comparação com o que dizem Assis e Mariel (2010, p. 53):

Invasão de alunos' que, embora tenham abandonado os estudos, ainda continuam matriculados e vão à escola para desfrutar de um mínimo de convívio social. Eles querem jogar bola, participar de algumas atividades, namorar, encontrar amigos. Esses jovens costumam fazer algazarra, perturbam as aulas, marcam sua presença de maneira muito forte e prejudicam o funcionamento da rotina escolar.

No caso averiguado nessa pesquisa, os ex-alunos ou os ainda matriculados no mesmo turno, em turnos opostos compõem um contingente capaz de assombrar toda uma comunidade escolar com seus atos violentos e desrespeitosos. Ameaças estão inseridas no tipo de violência contra a pessoa. Versam sobre “promessas explícitas de provocar danos ou de violar a integridade física ou moral, a liberdade e/ou bens de outrem.” (Abromovay; Rua, 2002, p. 54). As intimidações podem dirigir-se aos alunos, equipe gestora, pedagógica, inspetores, professores, aos pais e funcionários.

De acordo com Bernard Charlot (2002), à vista disso, a escola é apenas um local como qualquer outro. Não é escolhido por algum motivo em especial para ser palco dessas ocorrências. Para o autor, em alguns casos trata-se de “acertos de contas” de conflitos fora da escola que são levados à mesma, contribuindo para atribuir à escola uma imagem de lugar desprotegido. Talvez essa visão de Charlot esteja muito estreita. Os invasores não vão à escola apenas para acertos de conta. Vão para demonstrar força e se exibirem também.

É importante atinar para a gravidade destes dados, pois, conforme registrado por Charlot (2002), os membros da comunidade escolar que estão envoltos com escolas que funcionam em locais considerados arriscados e que sofrem com este tipo de ato grave repetidamente, podem até não os sentir como uma violência em si mesma, mas passam a ter abalada a sua saúde mental plena. O sentimento de precariedade e descontentamento elucubra a aflição dos trabalhadores de muitas escolas públicas.

Para a verificação do nível de insegurança proporcionado pela ocorrência de violência na escola nesse item, foi feito o levantamento de ameaças proferidas no ambiente escolar contra alunos, professores, funcionários e/ou direção.

No que tange à ameaça de morte a alunos, professores, funcionários e/ou direção, as afirmativas foram constantes. Mesmo as ameaças podendo ou não se efetivar em violências físicas, são suficientes para gerarem uma atmosfera de inquietações no dia-a-dia. Por causa, muitas vezes, do ambiente de amedrontamento, repetidamente funcionários, diretores, professores e outros segmentos do corpo escolar apregoam uma sensação receio constante.

O uso de armas em brigas e conflitos nessa época de adensamento de truculência na sociedade chega mais ampla e facilmente à escola. “Alguns estudantes justificam o porte

de armas como necessidade de impor respeito, proteger e defender-se.” (ABROMOVAY; RUA, 2002, p. 54). Essas autoras chamam atenção para o fato de que “o recurso de armas de brinquedos indica a importância das armas no imaginário dos alunos”. Pessoas ligadas ao crime chegam a usar desse “brinquedo” para praticar atos ilícitos.

Todos os segmentos da escola narraram haver uso/porte de arma dentro da escola. É interessante atinar para a correspondência entre os resultados apresentados pelo assunto acima (porte de armas) e pela anterior (ameaças), pois, havendo uma grande recorrência do porte de arma pelos alunos, aumentam as chances de intimidação destes para as outras pessoas, incluindo neste rol a ameaça de morte.

Quanto a essa situação da EMEFJRN B existe discrepância com a opinião de Gonçalves e Sposito (2002, p. 113 apud CARVALHO, 2013, p. 23) quando afirmam que diante dos diagnósticos realizados, “eles revelam que as unidades de ensino não vivem um quadro de violência generalizada” e que “comportamentos como ir à escola portando arma de fogo são bastante raros entre os estudantes”, assim como as formas de violência mais graves. Os resultados conseguidos demonstram uma realidade setorializada muito difícil, passível de ajuda de todos os envolvidos com a educação local.

Encerrando as observações sobre formas de violência a pessoas, não haveria como não incluir um dos assuntos que vêm sendo amplamente debatidos no âmbito escolar, que é o *bullying*. Segundo Debarbieux (1998 apud ABROMOVAY; RUA, 2002, p. 34), a própria escola pode ser, em muitos casos, lócus do exercício deste tipo de violência simbólica, sendo os danos causados pela ocorrência de *bullying* uma das motivações para alunos não gostarem da escola. Seja direto ou indireto, o *bullying* se caracteriza por três critérios: 1. Comportamento agressivo e intencionalmente nocivo; 2. Comportamento repetitivo (perseguição repetida); 3. Comportamento que se estabelece em uma relação interpessoal assimétrica, caracterizada por uma dominação.

Além desses juízos, Ristum (2010a, pp. 96-97) se reporta a pesquisas que realçam episódios da vítima se sentir impotente, incapaz de se defender e de perceber a si mesma como vítima. Destacando-se o que é consenso, o *bullying* escolar se faz presente quando um aluno, ou um grupo de alunos, proposital e frequentemente, promove agravos físicos e, ou psicológicos em vítimas que se sentem incapazes de reagir à agressão.

Com base nos relatos de queixas quanto a ter sido vítima da prática do *bullying*, mais da metade dos alunos afirmaram sofrer a *referida violência*. Porém foi também significativo o número de professores que declararam sofrer essa prática de modo direto ou velado.

A sondagem questionou a possibilidade de que a ocorrência destas formas de violência à pessoa afetasse o ensino-aprendizagem da escola. Uma larga maioria asseverou que, realmente, a violência contra as pessoas atrapalha e prejudica o processo da aprendizagem e do ensino. Sobre essa demanda, estudos recentes de Fortinos (2006 apud DEBARBIEUX, 2001) mostram a relação entre *bullying* e “clima escolar”. Todavia autores como Bourdieu e Passeron (1992) não isentam a escola de sua participação na

produção e na manutenção de violências. Para eles:

A educação, como possibilidade de autonomia individual, é reduzida à força da estrutura dominante; os autores sugerem que ela não é vitalizadora de mudanças do tecido social vigente. Pelo contrário, ela assume outra função, a de reproduzir a força dos dominantes e a marginalidade e carência dos dominados. (BOURDIEU; PASSERON, 1992 apud BARROS, 2011, p.6).

Esses autores classificam nosso sistema de ensino como influente, articulador e mantenedor das dominâncias de poder. Defendem que o tendencioso cultural manipulado, nas mãos de poucos, urde um terreno cultural que serve de armadilha para os dominados. Acusam a escola de ser reprodutora, também, da violência (material e simbólica), assim como da desigualdade social, chegando a suprimir as probabilidades de transformação e resistência.

Em meio às grandes decorrências do *Bullying* a de maior gravidade, provavelmente seja a de provocar “traumas” ao psiquismo de suas vítimas. Pesquisadores do *bullying* entre estudantes distinguem e rotulam os papéis sociais exercidos: “vítima típica” - é o que se presta a bode expiatório para um grupo; “vítima provocadora” - aquele que se submete a certas atitudes por não ser capaz de combatê-la; a “vítima agressora” - tipo que reproduz os maus-tratos padecidos; o “agressor” – que vitimiza os mais fracos; e o “espectador” – o mesmo assiste aos maus tratos, mas não o sofre e nem o comete, porém fica exposto e responde de modo inconsciente à perturbação psicossocial. Em todo o mundo, os coeficientes de predominância de *bullying* despontam entre 5% a 35% dos alunos.

E interessante observar opiniões dimanadas de vários prismas sobre a violência nas escolas. Gonçalves e Tosta (2008), por exemplo, em investigação desenvolvida em 2005 com pais de alunos de escolas públicas levantaram informações onde os pais sugerem que o problema de violência na escola está atrelado ao declínio da autoridade dos profissionais da educação. “Por isso, os pais sugerem o imediato restabelecimento e a ampliação da autoridade de professores, diretores e equipe técnica” junto aos alunos. (GONÇALVES; TOSTA, 2008, pp. 17-18).

Embora essa informação não traga o grau de instrução dos pais, o fato é que o mesmo se distancia da maioria das citações acadêmicas que coloca a escola em um patamar de autoritarismo. Autoritarismo e autoridade possuem conceitos diferentes, porém se conectam em seus significados de acordo como são desempenhados. Autoridade é vinculada a comando, atitude, hierarquia. O autoritarismo está abotoado aos exercícios antidemocráticos e antissociais pela imposição coercitiva. Porém, agora não serão confrontados, apenas evidenciados para futura apreciação. Outro fator para avaliação posterior é o dos papéis de autoridade e da transmissão dos preceitos de respeito e de limites aos alunos que deveriam ser compartilhados entre a escola e a família.

De acordo com Freire, Simão e Ferreira (2006), “nas últimas décadas, a investigação tem-se centrado cada vez mais em fatores ligados à escola no sentido de se compreender

como é que o ambiente escolar pode interferir na maior ou menor prevalência da violência dos estudantes entre si.” Pois não adianta a escola apenas não compactuar com o *bullying*, mas, deve promover mecanismos que inibam essa prática no ambiente escolar para que as relações pessoais se desenvolvam de modo a propiciar um ambiente adequado ao ensino-aprendizagem.

Foi observado que as ações relativas à violência se concentraram no período vespertino, que mostrou como sendo o turno de maior frequência das formas de violência levantadas nesta pesquisa. Comentários de professores e funcionários apontaram como uma possível causa, o fato de certo político em determinado evento de consulta democrática na escola ter falado que “aquele espaço da escola era da comunidade mesmo, e que deveria ser usado por todos sempre que quisessem.” O tal político apenas se esqueceu de avisar que a escola é da comunidade, mas que é pra ser utilizada de forma organizada e planejada e carece de pauta. Que a atividade institucional que se desdobra no processo ensino-aprendizagem tem a prioridade. As aulas sistematizadas de Educação Física, por exemplo, não podem ser submergidas pela presença descontrolada de pessoas alheias à escola e ter seus aparelhos pedagógicos subtraídos sob a alegação de aquilo tudo lhes pertence porque é público. Parece mais uma vez o uso do discurso pelo discurso ser usado sem contexto e sem conhecimentos básicos para fazê-lo prejudicando a prática profissional.

A violência tem aumentado muito nas escolas, isso é fato. Porém, não só aí. Tem se ampliado de modo geral e levantado muitas suposições para compreensão desse fenômeno, que vêm num crescendo, de acordo com os noticiários locais, nacionais e internacionais.

Esta observação *in loco* demonstrou que a escola objeto de estudo estava bastante vulnerável à violência, circunstanciada mediante os registros de B.O. em delegacias da capital. Mesmo se considerando as dificuldades enfrentadas pela educação, foi verificado que a escola estudada foi equipada minimamente para funcionar com dignidade. A maior parte da clientela que utiliza a escola reside em habitações populares, mas providas de condições mínimas de urbanização. Além de disporem de aparatos públicos a exemplo de creches, escolas, e unidade de saúde. Não se constituindo esses itens como fortes condicionantes à violência dirigidas às pessoas.

As violências contra pessoas mais mencionadas pelos entrevistados foi a incursão de pessoas estranhas ao espaço escolar, seguida das agressões físicas, agressões verbal e moral e agressões de cunho psicológico. As brigas entre alunos também mereceram relevo, compreendendo desde dificuldades de sociabilidade, ofensas verbais e gestuais, até comportamentos brutais.

Ainda quanto à invasão de pessoas, que foi referenciada como um enorme, senão o maior problema enfrentado pela escola viu-se que esta ocorre com maior frequência no turno da tarde acarretando transtornos violentos na escola. Aí uma pergunta se põe: por que os adolescentes têm causado tantos e tão diversas perturbações? A motivação mais recorrente assinalada pelos entrevistados para justificar a predominância dos atos

de violência no referido período foi a concentração de jovens neste horário, pois é quando funciona o Ensino Fundamental II, que compreende, prioritariamente, adolescentes cursistas do 6º ao 9º ano.

Foi testificada, em grande medida, a prática de *bullying* – aluno x aluno na escola. Porém, outro dado chamou bastante atenção: também foi significativo o número exposto pelo grupo dos professores que declararam sofrer com a prática de *bullying* por intermédio dos alunos, o que pode estar apontando para uma crescente falta de respeito ao professor.

As intimidações por ameaças de morte foram referidas pelos discentes, pelas equipes gestora, pedagógica, de professores, e de funcionários. Fato que preocupa bastante por poder afetar a saúde mental dos alunos e dos trabalhadores que labutam em ambientes com esta característica. Assim, a violência a pessoas prejudica imensamente o processo de ensino-aprendizagem por causa do clima de insegurança gerado pelas situações mencionadas.

O consumo de álcool apresentou baixo nível de citação com relação ao uso de drogas entorpecentes. Mas essas informações podem estar carregando visões distorcidas sobre esse assunto, já que o álcool é considerado pelo senso comum, como sendo mais ameno em relação a outras drogas, que, por sua vez, tiveram um resultado significativo.

Outros pontos abordados conformam a violência denominada simbólica, através do tipo de ensino proposto pelo sistema educacional brasileiro, ainda considerado ineficiente e antidemocrático por discriminar e excluir uma grande parcela da população. Os papéis tanto da escola quanto da família apresentam-se contraditórios tendo em vista os seus limites e conceitos de autoridade.

Enseja-se que as matérias pesquisadas e tratadas aqui favoreçam a compreensão das correlações de conflito que motivam o surgimento das violências processadas no ambiente escolar. E, ao mesmo tempo que ajudem a construir metas direcionadas para o confronto da violência deflagrada contra a escola. E que norteiem as políticas do sistema municipal, mantenedor do estabelecimento escolar em questão, como também de forma mais específica as intervenções da gestão e dos outros profissionais da escola. Aconselha-se ainda, para se preservar o processo ensino - aprendizagem que se manobre as demandas da violência – tanto as do seu interior quanto as de seu entorno – por meio de ajustamentos conceituais, políticos e materiais.

Mas, diante dessas constatações surge uma substancial indagação: quem ajudará a escola? Espera-se que os resultados desse trabalho possam cooperar para a reflexão e criação de propostas de ações para a elaboração de políticas públicas educacionais para precaver a lida com situações de violência escolar.

REFERÊNCIAS

ABROMOVAY, M. et al. Escola e Violência. Brasília: UNESCO, 2002. 154p.

ABROMOVAY, M.; RUA, M. G. Violências nas Escolas: versão resumida. Brasília: UNESCO Brasil; REDE PITÁGORAS; Coordenação DST/AIDS do Ministério da Saúde; Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça; CNPq; Instituto Ayrton Senna; UNAIDS; Banco Mundial; USAID; Fundação Ford; CONSED; UNDIME, 2002. 88p.

ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P.; AVANCI, J. Q. (org.). Impactos da Violência na Escola: um diálogo com professores. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, Editora: FIOCRUZ, 2010. 270 p.

ASSIS, S. G.; MARRIEL, N. S. M. Reflexões sobre Violência e suas Manifestações na Escola. p.p. 41-63. In: ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO, Patrícia; AVANCI, Joviana Quintes (org.). Impactos da Violência na Escola: um diálogo com professores. Rio de Janeiro: Ministério da Educação; Editora FIOCRUZ, 2010. 270 p.

BARROS, Lúcio Alves. Educação, escola e paradoxos no campo da violência. Educação Pública -Área de atuação Ciências Humanas; FAE – Universidade Estadual de Minas Gerais / UEMG, 2011.

BARROS, Jussara. Jovens e Bebidas. In: Brasil Escola [Internet], [s.d.]. Disponível em: <<http://brasileSCO.la/b11127>>. Acesso em: 01 fev. 2015.

CARVALHO, Patricia Cristina Amorim de. O professor mediador escolar e comunitário: desafios à violência escolar. Paranaíba, MS: UEMS, 2013. 235f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba, 2013.

CHARLOT, Bernard. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. Sociologias, Porto Alegre, n. 8, Dec. 2002.

DEBARBIEUX, Éric. A violência na escola francesa: 30 anos de construção social do objeto (1967-1997). **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo: Faculdade de Educação de São Paulo – USP, v. 27, n. 01, jun. 2001 .

FREIRE, I. P.; SIMÃO, A. M. V. & FERREIRA, A. S. O estudo da violência entre pares no 3o ciclo do ensino básico: um questionário aferido para a população escolar portuguesa. *Revista Portuguesa de Educação*, v. 19, n. 2, 2006. pp. 157-183.

GONÇALVES, Luiz Alberto e TOSTA, Sandra Pereira. A síndrome do medo contemporâneo e a violência na escola. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. (Coleção Cultura, Mídia e Escola).

LOPES, Rosilene Beatriz. Significações de Violências na Perspectiva de Professores que Trabalham em Escolas “Violentas”. Dissertação (mestrado em Educação). Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2004.

MARQUES, Ana Rita da Graça. Envolvimento e Disrupção Escolar em Alunos do 6º e 7º ano de Escolaridade, no Ensino Artístico: Efeitos de um Programa Comunicacional Eclético. Dissertação (mestrado em educação). Especialização em Formação Pessoal e Social. Universidade de Lisboa, 2014.

MOSS, Elisete; DURMAN, Solânia. Alcoolismo na adolescência: intervenção na escola. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação–SEED. Programa de Desenvolvimento-PDE, 2009.

PRIOTTO, Elis Palma; BONETIB, Lindomar Wessler. Violência Escolar: na escola, da escola e contra a escola. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 9, n. 26, p. 161-179, jan./abr. 2009 p. 163.

RISTUM, Marilena. Bullying Escolar. In: ASSIS, Simone Gonçalves de (org.); CONSTANTINO, Patrícia; AVANCI, Joviana Quintes. Impactos da Violência na Escola: um diálogo com professores. Rio de Janeiro: Ministério da Educação; Editora FIOCRUZ, 2010. pp. 95-119.

_____. Violência na Escola, da Escola e contra a Escola. In: ASSIS, Simone Gonçalves de (org.); CONSTANTINO, Patrícia; AVANCI, Joviana Quintes. Impactos da Violência na Escola: um diálogo com professores.. Rio de Janeiro: Ministério da Educação; Editora FIOCRUZ, 2010. pp. 65-93.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 19, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 65, 67, 68, 69, 141, 142, 145, 146, 192, 193, 226, 227, 229, 230, 231, 232, 257, 283, 295, 308

Acolhimento 57, 65, 66, 105, 152, 176, 177, 237

Aluno surdo 35, 37, 38, 41, 44, 138, 139, 140, 143, 144, 148, 169, 205, 254, 255, 257, 259

Autoetnografia 242, 243, 244, 250, 251

Avaliação psicológica 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80

B

Brincar 50, 54, 102, 103, 131, 137, 182, 193, 274

C

Cegueira 63, 64, 67, 69, 143, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191

Construção da aprendizagem 51, 52, 138

D

Deficiência visual 26, 50, 51, 57, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 169, 186, 229

Desenvolvimento da leitura 82, 83, 87, 88, 89, 90, 93, 94

Desenvolvimento do autista 96, 97

Dificuldades de aprendizagem 82, 83, 85, 86, 94, 95, 117, 118, 121, 122, 127, 158

E

Educação 17, 20, 22, 25, 26, 30, 34, 35, 48, 50, 52, 55, 56, 57, 58, 59, 64, 65, 66, 68, 70, 71, 72, 76, 80, 82, 87, 96, 97, 98, 99, 100, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 122, 124, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 164, 168, 170, 173, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 190, 191, 192, 193, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 208, 210, 211, 212, 213, 216, 217, 223, 224, 234, 236, 239, 240, 242, 243, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 253, 254, 255, 257, 258, 259, 260, 261, 264, 267, 268, 269, 271, 272, 278, 279, 281, 282, 283, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308

Educação com o sonoro 181

Educação de jovens e adultos 149, 150, 153, 155, 157, 158, 159, 160, 204, 211, 247, 251, 261, 300, 307

Ensino 14, 19, 20, 23, 24, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 41, 47, 48, 50, 51, 55, 65, 67, 76, 82, 83, 84, 87, 90, 98, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 122,

130, 131, 132, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 172, 175, 185, 192, 193, 195, 196, 199, 200, 201, 202, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 243, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 253, 254, 255, 256, 257, 259, 260, 261, 264, 265, 267, 268, 269, 270, 271, 278, 284, 285, 288, 293, 294, 298, 299, 301, 302, 304

Ensino colaborativo 33

Ensino de matemática 107, 112

Ensino e aprendizagem 90, 106, 111, 112, 117, 119, 158, 172, 193, 199, 201

Ensino superior 19, 20, 24, 30, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 243, 248, 249, 250, 255, 259

Escrita 22, 33, 35, 52, 55, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 115, 169, 176, 196, 197, 244, 245, 249, 252, 286, 294

Evasão escolar 142, 144, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160

G

Gênero 1, 2, 7, 9, 10, 11, 15, 18, 236, 238, 240, 242, 243, 245, 308

I

Inclusão universitária 19, 20, 21, 22, 29

Intérpretes de libras 253

J

Jogos didáticos 50, 51

Jogos pedagógicos 192, 193, 194, 195, 196, 201

L

Libras 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 44, 45, 48, 52, 53, 76, 139, 143, 146, 161, 162, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 205, 211, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 282, 283, 284, 285, 289, 290, 294, 295, 296

M

Mulheres 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 34, 63, 67, 70, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 245, 246, 247, 250, 251, 285, 308

Mulheres quilombolas 1, 2, 3, 7, 10, 12, 15, 16, 308

O

Oficinas 25, 219, 220, 295

P

Pais surdos 161, 164, 165, 166, 167, 174, 175, 177, 178, 179, 180

Papéis sociais 234, 235, 237, 238, 239, 268

Papel do afeto 96

Paralisia cerebral diparética 192, 194, 196, 197, 201, 202

Pesca 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 18, 308

Pessoas com deficiência 19, 20, 21, 22, 23, 25, 30, 57, 58, 59, 66, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 108, 110, 111, 116, 130, 132, 135, 139, 140, 142, 145, 146, 147, 214, 216, 217, 218, 219, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 294

Processo de alfabetização 47, 84, 88, 89, 113, 192, 193, 194, 196, 201

S

Sociedade e Direito 234

Soroban 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116

T

Tecnologia 29, 35, 55, 88, 139, 141, 145, 146, 161, 279, 282, 284, 289, 308





Transtorno de déficit de atenção 23, 86, 117, 121, 127

V





Violência na escola 260, 261, 262, 265, 266, 268, 271, 272

Vivências 60, 61, 72, 99, 100, 105, 153, 193, 204, 242, 273, 275, 277

EDUCAÇÃO: MINORIAS, PRÁTICAS E INCLUSÃO

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

EDUCAÇÃO: MINORIAS, PRÁTICAS E INCLUSÃO

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br